

CONTEÚDO CONSTITUCIONAL MPT

Paulo Lépore

1.	a.	Direito Constitucional. Origem, objeto, formação e fontes. Relação do Direito Constitucional com outras ciências.....	57
	b.	Constitucionalismo. Formação. Constitucionalismo moderno e Estado Constitucional. Constitucionalismo social. Constitucionalismo contemporâneo: neoconstitucionalismo, transconstitucionalismo e cosmopolitismo.....	58
	c.	Formação do constitucionalismo brasileiro: fases colonial, monárquica e republicana. Formação histórica das constituições brasileiras.....	61
	d.	Constituição: conceito, concepções teóricas, sentidos material e formal, classificação, estrutura, funções, objeto e conteúdo.....	63
2.	a.	Normas constitucionais: teoria, conceito, estrutura, classificações. Eficácia e aplicabilidade. Efetividade e força normativa da Constituição. As normas constitucionais no tempo e no espaço. Teoria da recepção. Preâmbulo. Disposições constitucionais transitórias.....	68
	b.	Hermenêutica e interpretação constitucional: teoria, classificação e métodos. Princípios hermenêuticos. Nova hermenêutica constitucional. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Exame de ponderação. Interpretação conforme a Constituição.....	72
	c.	Regras e princípios constitucionais: critérios distintivos, funções e eficácia. Princípios fundamentais na Constituição de 1988. Princípio do Estado Democrático de Direito. Princípio da dignidade da pessoa humana. Princípios da proteção social do trabalho e da livre iniciativa.....	76
	d.	Papel do direito comparado e das normas e jurisprudência internacionais na interpretação constitucional.....	80
3.	a.	Poder Constituinte: teoria, conceito, natureza, classificação, titularidade, formas de manifestação e exercício. Poder Constituinte originário: exercício e processo constituinte. Reforma constitucional: poder, limites e processo. Cláusulas pétreas expressas e implícitas. Revisão e emenda constitucional. Mutação constitucional.....	81
	b.	Supremacia e rigidez constitucional. Controle de constitucionalidade: teoria, conceito, requisitos e espécies. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade: evolução histórica, critérios e modos de exercício. Jurisdição constitucional. Estado de coisas inconstitucional. Diálogo do STF com outras Cortes Constitucionais e Internacionais.....	85
	c.	Controle concreto de constitucionalidade. Recurso extraordinário. Repercussão geral. Súmulas vinculantes.....	90
	d.	Controle abstrato de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade por omissão, arguição de descumprimento de preceito fundamental: teoria, processo, normatividade e jurisprudência. Decisões no controle jurisdicional de constitucionalidade: conteúdo, extensão e efeitos.....	96

4.	a.	Direitos e garantias fundamentais: teoria geral, evolução histórica, características, funções, titularidade e aplicabilidade. Dimensão objetiva e subjetiva. Eficácia vertical e horizontal. Concorrência entre direitos fundamentais. Limites: núcleo essencial e proporcionalidade. b. Direitos fundamentais sociais: evolução, natureza, efetividade, proteção e judiciabilidade. Proibição do retrocesso. Mínimo existencial e reserva do possível. Situação de calamidade pública. Jurisprudência do STF em matéria trabalhista. c. Abertura material dos direitos fundamentais. Tratados de Direitos Humanos: incorporação, hierarquia e jurisprudência do STF. Bloco de constitucionalidade.....	117
5.	a.	Direitos e garantias fundamentais na Constituição. Direito à vida. Direito de igualdade. Direito de liberdade. Direito à privacidade. Direito de propriedade. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito de nacionalidade. Direitos políticos e de cidadania. b. Direitos fundamentais processuais: acesso à justiça, assistência jurídica integral, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, inafastabilidade da jurisdição, tutela jurisdicional adequada e efetiva, juiz e promotor natural, produção de provas, motivação das decisões e duração razoável do processo. c. Ações constitucionais. Habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo e mandado de injunção. Ação popular.	117
6.	a.	Direitos fundamentais sociais na Constituição. b. Solidarismo constitucional. Objetivos da República Federativa do Brasil. Fundamentos da ordem social, econômica e financeira. Justiça social. Pleno emprego. Redução das desigualdades. Função socioambiental da propriedade. Ações afirmativas. c. Direitos fundamentais dos trabalhadores. Evolução constitucional. Direito à proteção estatal. Direito à isonomia. Direito à saúde e segurança. Direitos de personalidade nas relações de trabalho. d. Organização sindical na Constituição. Direito de greve. Representação dos trabalhadores nas empresas.....	118
7.	a.	Organização do Estado brasileiro. Estado federal: conceito, características, sistema de repartição de competências. Teoria dos poderes implícitos. b. Organização político-administrativa. União, Estados-membros, Municípios, Distrito Federal e Territórios: organização, competências e autonomias. Poder constituinte estadual: autonomia e limitações. Intervenção federal e estadual.....	170
	b.	Administração Pública. Princípios e normas de organização. Agentes políticos e administrativos. Regimes jurídicos dos servidores públicos. Responsabilidade civil do Estado.....	185
8.	a.	Princípio da separação de poderes. Conceito, evolução e objetivos. Independência e harmonia entre poderes. Mecanismos de freios e contrapesos.	195
	b.	Poder Executivo. Organização. Atribuições e responsabilidades. Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Poder normativo autônomo, delegado e regulamentar. Medidas provisórias.	196
	c.	Poder Legislativo. Organização. Atribuições do Congresso Nacional. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissão Parlamentar de Inquérito.....	202
	d.	Poder Judiciário. Organização e competências. Garantias. Órgãos e competências. Conselho Nacional de Justiça. Normas constitucionais relativas à magistratura. Supremo Tribunal Federal.....	219
	e.	Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Conselho Nacional do Ministério Público: organização e competências.....	233
9.	a.	Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica. Política urbana, política agrícola e fundiária e sistema financeiro nacional.....	247

b.	Ordem social. Seguridade social. Educação e Cultura. Comunicação Social. Família, criança, adolescente, idoso e indígenas. Meio ambiente: conceito, abrangência, proteção constitucional e competência legislativa. Princípios constitucionais aplicáveis à proteção do meio ambiente.	250
c.	Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa. Estado de sítio. Forças armadas e segurança pública.....	259
d.	Calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Emenda Constitucional nº 106/2020.	262

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS HUMANOS SOCIAIS

Paulo Henrique Gonçalves Portela

1.A.	Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, terminologia, formação histórica, classificação, dimensões e fundamentos. Dignidade da pessoa humana	269
1.B.	Características dos Direitos Humanos. Progressividade e proibição do retrocesso. Universalidade e relativismo cultural. Multiculturalismo	273
1.C.	Fontes internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Constituição Federal de 1988 e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Tratados de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil: elaboração, incorporação, hierarquia e denúncia.....	276
2.A.	Interpretação dos Direitos Humanos. Interpretação conforme os Direitos Humanos. Princípios. Relação com os direitos fundamentais. Dimensão subjetiva e objetiva. Eficácia horizontal. Restrições, núcleo essencial e aplicabilidade. Duplo controle de proteção de direitos no Brasil. Bloco de constitucionalidade. Controle de convencionalidade e de constitucionalidade. Abuso no exercício de Direitos Humanos. Estado de emergência. Resolução de conflitos entre Direitos Humanos. Princípio da proporcionalidade. Convenção de Viena de 1969	280
2.B.	Alcance subjetivo dos Direitos Humanos: titulares e obrigados. Deveres de respeito, proteção e promoção. Empresas transnacionais e Direitos Humanos: Princípios Orientadores Sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Diretrizes nacionais sobre empresas e Direitos Humanos.....	282
3.A.	Sistemas internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Estrutura normativa. Espécies. Força vinculante dos tipos de deliberações internacionais. Coordenação e conflito entre decisões internacionais. Subsidiariedade da jurisdição internacional de Direitos Humanos.....	285
3.B.	Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Carta da Organização dos Estados Americanos. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e seu protocolo adicional (Protocolo de San Salvador), Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte, Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência, Convenção Interamericana Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.....	289

3.C.	O Estado brasileiro e o Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos: exercício da cidadania. Mecanismos unilaterais de proteção dos Direitos Humanos. Mecanismos coletivos de proteção dos Direitos Humanos: político e quase judicial. Comissão Interamericana de Direitos Humanos: composição, formas de provocação e condições de admissibilidade. Procedimento. Corte Interamericana de Direitos Humanos: composição, mandatos e juiz <i>ad hoc</i> , legitimidade ativa e passiva. Procedimento. Jurisdição consultiva.....	293
3.D.	Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos relacionadas à temática do trabalho.	296
4.A.	Ministério Público e defesa dos Direitos Humanos. Princípios Relativos ao Estatuto das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (Princípios de Paris)	297
4.B.	Direito Internacional dos Refugiados. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR. Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados e seu protocolo adicional. Convenção da Organização da União Africana sobre Refugiados. Declaração de Cartagena. Modelo brasileiro de proteção aos refugiados. Características e requisitos legais. Refúgio e asilo. Princípio da proibição da devolução (<i>non-refoulement</i>). Migrações. Lei de migração. Princípios e garantias.....	299
4.C.	Implementação das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Cumprimento das obrigações de pagar, fazer e não fazer. Supervisão de cumprimento	308
4.D.	Justiça de transição.	308
5.A.	Carta Internacional de Direitos Humanos. Conferência Mundial. Declaração do Milênio das Nações Unidas e a Agenda 2030 da ONU. Direito de livre determinação. Direito dos povos indígenas e das minorias. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007.	309
5.B.	Direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso. Direito das pessoas com deficiência. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo. Direito à igualdade. Dimensões da igualdade e dever de inclusão. Igualdade étnico-racial. Direito à não discriminação.....	312
5.C.	Organização Internacional do Trabalho: formação histórica. Órgãos. Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento. Promoção do Trabalho Decente. Convenções Fundamentais: números 29, 87, 98, 100, 105, 111, 138 e 182. Recomendações: números 146, 190, 198 e 204. Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). Monitoramento e apuração de violações. Controle periódico e procedimentos especiais. Comitê de Peritos e Comissão Tripartite. Requisitos de admissibilidade da reclamação e da queixa. Comitê de Liberdade Sindical e Comissão de Inquérito.	323
6.A.	O Direito das Vítimas. Vitimologia. Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (Resolução nº 40/34, da ONU). Princípios e diretrizes básicas sobre o direito a recurso e reparação para vítimas de violações e flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e de violações graves do direito internacional humanitário (Resolução nº 60/147 da ONU). Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas (Resolução CNMP nº 243, de 18 de outubro de 2021).....	327

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO*Henrique Correia*

1. Direito do trabalho	339
2. Fontes do direito do trabalho	346
3. Princípios do direito do trabalho	348
4. Interpretação do direito do trabalho	352
5. Integração	354
6. Aplicação do direito do trabalho	356
7. Eficácia das normas trabalhistas	356
8. Flexibilização e desregulamentação	359
9. Renúncia e Transação	360
10. Sujeitos do Contrato de Trabalho	362
10.1. Empregado	362
10.2. Requisitos da relação de emprego (art. 3º da CLT)	363
10.3. Mutações da subordinação	363
10.4. Elementos não essenciais da relação de emprego	364
10.5. Trabalho em domicílio e teletrabalho (ou trabalho remoto)	365
10.5.1. Nova regulamentação do teletrabalho dada pela Lei nº 14.442/2022	366
10.6. Fraudes para descaracterizar a relação de emprego (zonas cinzentas)	367
10.7. Carteira de Trabalho e Previdência Social	368
10.8. Registro de empregados	370
10.9. Empregado rural (Lei nº 5.889/73)	370
10.9.1. Peculiaridades dos Empregados Rurais	371
10.9.2. Contrato Temporário Rural (art. 14-A da Lei nº 5.889/73)	372
10.10. Trabalho doméstico	373
11. Empregado público	379
12. Altos empregados	384
13. Contratos de trabalho especiais	386
13.1. Bancário	386
13.2. Bombeiro civil	387
13.3. Motorista profissional	388
13.4. Atleta profissional	393
13.5. Artista	395
13.6. Jornalista	395
13.7. Professor	395
13.8. Aeronauta	397
13.9. Aeroviário	398
13.10. Serviços em frigoríficos	398
13.11. Trabalho em minas de subsolo	399
13.12. Árbitros	399
13.13. Trabalho aquaviário	400
13.14. Trabalho do preso	401
14. Discriminação do trabalhador	402
15. Empregador	412
15.1. Grupo econômico	412

15.1.1.	Responsabilidade solidária e subsidiária	413
15.2.	Consórcio de empregadores	413
15.3.	Cadeias produtivas e proteção ao trabalho	414
15.4.	Sucessão de Empregadores	415
15.5.	Sócio retirante	417
15.6.	Poderes do Empregador.....	419
15.7.	Responsabilidade civil do empregador	425
15.8.	Digitalização da sociedade.....	426
16.	Relações de Trabalho <i>Lato Sensu</i>	429
16.1.	Trabalhador autônomo	429
16.1.1.	Profissionais liberais.....	430
16.2.	Trabalhador eventual	430
16.3.	Trabalhador voluntário	430
16.4.	Trabalhador avulso.....	431
16.4.1.	Trabalhador avulso portuário.....	431
16.4.2.	Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009)	432
16.5.	Cooperado.....	433
16.6.	Estágio.....	433
16.7.	Representante comercial	435
16.8.	Trabalhador indígena	436
16.9.	Trabalho contratado por equipe	436
16.10.	Corretor de imóveis.....	437
16.11.	Transportador autônomo de cargas	437
16.12.	Outras formas de contratação além do vínculo empregatício (STF).....	437
17.	Trabalho infantil.....	438
18.	Proteção do trabalho do adolescente	443
18.1.	Das Férias do Empregado Adolescente	444
18.2.	Dos direitos de profissionalização e à proteção de grupos vulneráveis	445
18.3.	Trabalho educativo.....	445
18.4.	Aprendiz.....	446
18.5.	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)	450
19.	Proteção do trabalho da Mulher.....	451
19.1.	Licença-maternidade.....	454
19.1.1.	Data de início da licença-maternidade (ADI Nº 6327/DF).....	455
19.2.	Estabilidade da gestante	456
19.3.	Meio ambiente de trabalho.....	459
19.4.	Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022)	459
19.4.1.	Do apoio à parentalidade na primeira infância	460
19.4.2.	Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho	460
19.4.3.	Das medidas para qualificação de mulheres.....	460
19.4.4.	Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade.....	461
19.4.5.	Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho.....	461

19.4.6. Do Selo Emprega + Mulher	461
19.5. Mãe social (Lei nº 7.644/1987).....	462
20. Terceirização	464
20.1. Generalidades	464
20.2. Terceirização das atividades-fim da empresa	465
20.2.1. Terceirização na Súmula nº 331 do TST	465
20.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	466
20.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	466
20.3. Quarteirização	467
20.4. Requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros	467
20.5. Requisitos do contrato de terceirização	468
20.6. Responsabilidade da tomadora.....	468
20.7. Direitos dos terceirizados.....	468
20.8. Condições de trabalho.....	469
20.8.1. Súmula nº 331 do TST	469
20.8.2. Lei nº 13.429/2017	469
20.8.3. Regulamentação pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).....	469
20.9. Salário equivalente	470
20.9.1. Súmula nº 331 do TST	470
20.9.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017	471
20.9.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	471
20.9.4. Tema 383 de Repercussão Geral do STF.....	472
20.10. Quarentena e Reforma Trabalhista	472
20.10.1. Súmula nº 331 do TST	472
20.10.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	472
20.10.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	472
20.11. Período de quarentena do empregado terceirizado	473
20.11.1. Súmula nº 331 do TST	473
20.11.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	473
20.11.3. Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)	473
20.12. Inaplicabilidade da legislação às empresas de vigilância e transporte de valores .	473
20.13. Terceirização e a Administração Pública.....	473
20.14. Dono da obra.....	477
20.15. Trabalho temporário.....	477
20.16. Agências de colocação e recrutamento	480
21. Contrato de Trabalho e Relação de Trabalho	480
21.1. Relação de trabalho x Relação de emprego.....	480
21.2. Contrato de trabalho	481
21.3. Características do contrato de trabalho	484
21.4. Elementos do contrato de trabalho	484
21.5. Efeitos do contrato de trabalho	485
21.5.1. Dano material e moral	487
21.5.2. Direito à desconexão	489
21.6. Regulamento de empresa	490

21.7.	Algoritmo e contrato de trabalho.....	491
21.8.	Classificação dos contratos de trabalho	491
21.8.1.	Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98.....	493
21.9.	Contrato para prestação de trabalho intermitente	494
21.10.	Vícios e defeitos do contrato de trabalho (nulidades do contrato de trabalho).....	495
21.11.	Vícios de consentimento e fraudes na relação de emprego	496
21.12.	Coleta, mineração, tratamento e processamento de dados.	498
21.13.	Alteração do Contrato Individual de Trabalho	499
21.14.	Transferência de local de trabalho.....	502
21.15.	Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.....	504
22.	Duração do trabalho e jornada de Trabalho	505
22.1.	Limite de tolerância	509
22.2.	Empregados não submetidos à limitação de jornada.....	510
22.3.	Regime por tempo parcial	511
22.4.	Turnos ininterruptos de revezamento.....	511
22.5.	Horas <i>In Itinere</i>	512
22.6.	Trabalho noturno	513
22.7.	Trabalho extraordinário.....	513
22.8.	Compensação.....	514
22.9.	Jornadas especiais.....	516
22.10.	Períodos de descanso.....	517
22.10.1.	Intervalos.....	517
22.10.2.	Intervalo interjornada	520
22.10.3.	Descanso semanal remunerado (DSR).....	521
22.11.	Férias.....	522
22.11.1.	Direitos às férias e sua duração.....	522
22.11.2.	Concessão e época das férias.....	523
22.11.3.	Remuneração das férias	523
22.11.4.	Abono pecuniário de férias.....	524
22.11.5.	Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais	524
22.11.6.	Férias coletivas.....	525
23.	Salário e Remuneração.....	526
23.1.	Salário mínimo	527
23.2.	Modalidades de salário (classificação)	528
23.3.	Parcelas Salariais (composição do salário).....	530
23.4.	Gratificações	532
23.5.	Décimo terceiro salário	532
23.6.	Adicionais salariais.....	533
23.6.1.	Adicional de Hora Extraordinário.....	533
23.6.2.	Adicional noturno.....	533
23.6.3.	Adicional de transferência.....	534
23.6.4.	Adicional de periculosidade	534
23.6.5.	Adicional de insalubridade	538
23.6.6.	Adicional de penosidade	540
23.7.	Parcelas sem natureza salarial (indenizatórias).....	540

23.7.1.	Participação nos lucros e resultados – PLR.....	540
23.7.2.	Ajuda de custo.....	541
23.7.3.	Diárias para viagem.....	541
23.7.4.	Vale-transporte.....	541
23.7.5.	Auxílio-alimentação.....	542
23.7.6.	Prêmios.....	542
23.7.7.	Abonos.....	542
23.7.8.	Salário-família.....	542
23.7.9.	Salário-educação.....	543
23.7.10.	PIS/Pasep.....	543
23.8.	Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i>	544
23.9.	Formas e meios de pagamento do salário.....	545
23.10.	Equiparação salarial.....	546
23.11.	Desvio e acúmulo de função.....	549
23.12.	Garantias de proteção ao salário.....	550
24.	Estabilidade.....	550
24.1.	Estabilidade por tempo de serviço.....	551
24.2.	Estabilidades provisórias.....	551
24.2.1.	Dirigente sindical.....	551
24.2.2.	Empregado representante da CIPA.....	552
24.2.3.	Empregado acidentado.....	552
24.2.4.	Empregado público.....	553
24.2.5.	Estabilidade da gestante e adotante (Lei nº 13.509/2017).....	553
24.2.6.	Estabilidade do representante dos empregados (Reforma Trabalhista) ...	554
24.2.7.	Compromissos públicos de manutenção de emprego.....	555
24.3.	Despedida e reintegração do empregado estável.....	555
24.4.	Renúncia à estabilidade provisória.....	556
24.5.	Teoria da nulidade da despedida arbitrária – Convenção 158 da OIT.....	556
25.	Fundo de garantia do tempo de Serviço – FGTS.....	557
25.1.	Hipóteses de saque dos depósitos.....	558
26.	Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho).....	561
26.1.	Deveres do empregador.....	562
26.2.	Deveres do empregado.....	564
26.3.	Ministério do Trabalho e Normas Regulamentadoras sobre segurança e saúde do trabalho.....	564
26.4.	Interdição ou embargo e inspeção prévia.....	565
26.5.	Acidente de trabalho.....	565
26.6.	CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio.....	569
26.7.	Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho.....	570
26.8.	Trabalho escravo contemporâneo.....	570
26.9.	Tráfico de pessoas.....	574
26.10.	Trabalho de pessoas migrantes e refugiadas.....	575
27.	Aviso-prévio.....	575
28.	Término do Contrato de Trabalho.....	577

28.1.	Dispensa sem justa causa ou arbitrária.....	578
28.2.	Pedido de demissão.....	578
28.3.	Distrato (Reforma Trabalhista).....	578
28.4.	Justa causa: dispensa por justa causa, rescisão indireta e culpa recíproca.....	579
28.5.	Demais hipóteses de término do contrato de trabalho.....	581
28.5.1.	Término do contrato por prazo determinado	581
28.5.2.	Força maior	583
28.5.3.	Morte do empregador	584
28.5.4.	Morte do empregador pessoa física (extinção do estabelecimento).....	584
28.5.5.	Morte do empresário individual	584
28.5.6.	Aposentadoria	584
28.5.7.	Fato do príncipe ou factum principis (paralisação temporária ou definitiva do trabalho).....	585
28.6.	Dispensa coletiva	585
28.7.	Seguro-desemprego.....	586
28.8.	Homologação das verbas trabalhistas e obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho.....	586
28.9.	Quitação anual das obrigações trabalhistas.	589
28.10.	Estado de calamidade e legislação de exceção.	589
28.10.1.	Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada.....	590
28.10.2.	Lei nº 14.437/2022.....	592
29.	Prescrição e Decadência	593
30.	Supremo Tribunal Federal e o Direito do Trabalho	596
31.	Convenções, Recomendações e Resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	599

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Henrique Correia

1.	Direito coletivo.....	610
1.1.	Sistemas sindicais	613
1.2.	Princípios específicos.....	614
1.3.	Organização sindical brasileira	618
1.3.1.	Entidades sindicais.....	619
1.3.2.	Cláusulas e condutas antissindicais	624
1.3.3.	Organização interna dos sindicatos.....	626
1.3.4.	Custeio das entidades sindicais.....	627
1.3.5.	Entidades sindicais de grau superior.....	630
1.3.6.	Centrais sindicais	631
2.	Negociação coletiva (acordos e convenções coletivas de trabalho).....	631
2.1.	Limites e possibilidade de negociação coletiva no setor público.	634
2.2.	Valorização do negociado	634
2.3.	Vigência dos instrumentos coletivos.....	641
2.4.	Dispensa coletiva e proteção social	643
2.5.	Convenções da OIT.....	643

3.	Conflitos coletivos de trabalho	644
3.1.	Poder normativo da Justiça do Trabalho.....	646
3.2.	Comissão de conciliação prévia.....	647
4.	Greve.....	649
4.1.	Greve em serviços essenciais.....	653
5.	Da Representação dos Empregados (Reforma Trabalhista).....	655
6.	Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista.....	657

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Élison Miessa

1.	Princípios.....	664
1.1.	As garantias constitucionais do processo	664
1.1.1.	Devido processo legal.....	664
1.1.2.	Princípio do juiz natural	665
1.1.3.	Princípio do contraditório e da ampla defesa	665
1.1.4.	Princípio da motivação das decisões judiciais	666
1.1.5.	Princípio da publicidade	666
1.1.6.	Princípio do acesso à justiça (inafastabilidade da jurisdição).....	667
1.2.	Princípios do processo do trabalho.....	667
1.2.1.	Princípio da proteção	667
1.2.2.	Princípio da informalidade (instrumentalidade das formas)	667
1.2.3.	Princípio da oralidade	668
1.2.4.	Princípio da simplicidade.....	668
1.2.5.	Princípio da celeridade (duração razoável do processo).....	668
1.2.6.	Princípio da conciliação	668
1.2.7.	Princípio da função social.....	669
1.3.	Aplicação dos princípios fundamentais do Processo Civil no Processo do Trabalho.....	669
2.	Fontes e integração	669
2.1.	Autonomia do direito processual do trabalho	670
2.2.	Interpretação	670
2.3.	Eficácia da norma processual no tempo e no espaço.....	670
3.	Direito de ação e processo na perspectiva constitucional.....	671
4.	Justiça do Trabalho	671
4.1.	Evolução histórica.....	671
5.	Coletivização do processo. Métodos extrajudiciais de composição dos conflitos trabalhistas: negociação, mediação, conciliação e arbitragem. Poder Normativo.....	672
5.1.	Coletivização do processo	672
5.2.	Métodos extrajudiciais de composição de conflitos trabalhistas	672
5.2.1.	Mediação e conciliação	672
5.2.2.	Arbitragem.....	674
5.3.	Poder Normativo.....	674
6.	Processo estrutural	674

7.	Automação do processo. Inteligência artificial e Direito. Jurimetria. Processo judicial eletrônico. Audiências e sessões telepresenciais. Sessões virtuais	675
7.1.	Automação do processo. Inteligência artificial e direito. Jurimetria	675
7.2.	Processo judicial eletrônico.....	675
7.3.	Audiências telepresenciais e por videoconferência	676
7.4.	Sessão virtual e telepresencial.....	677
8.	Simulação da lide	677
9.	Órgãos da Justiça do Trabalho	678
9.1.	Composição do TST.....	678
9.2.	Composição do TRT.....	679
9.3.	Vara do Trabalho.....	679
9.4.	Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	680
9.5.	Serviços auxiliares da justiça do trabalho	680
10.	Competência.....	682
10.1.	Critérios de Modificação da Competência.....	687
10.2.	Conflito de competência.....	688
11.	Partes e Procuradores no Processo do Trabalho	688
11.1.	Capacidade processual, representação e assistência	688
11.2.	Capacidade postulatória e o <i>jus postulandi</i>	691
11.3.	Sucessão processual	692
11.4.	Substituição processual.....	692
11.5.	Poderes, deveres e responsabilidade.	692
11.6.	Dos impedimentos e suspeição.....	693
11.7.	Deveres das partes e daqueles que participam do processo	694
11.8.	Ato atentatório à dignidade da Justiça	695
11.9.	Litigância de má-fé.....	695
11.10.	Assédio processual	696
12.	Assistência judiciária e justiça gratuita. Mandato: espécies. Honorários advocatícios	696
12.1.	Assistência judiciária e Benefício da Justiça gratuita.....	696
12.2.	Mandato: espécies.....	697
12.2.1.	Mandato tácito	697
12.2.2.	Condições de validade do mandato.....	697
12.2.3.	Atuação sem mandato ou com irregularidade de representação	698
12.3.	Honorários advocatícios	699
13.	Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Espécies. Intervenção anômala. Desconsideração direta e inversa da personalidade jurídica. <i>Amicus curiae</i>	701
13.1.	Litisconsórcio.....	701
13.2.	Intervenção de terceiros.....	702
13.3.	Desconsideração da personalidade jurídica	702
13.4.	<i>Amicus curiae</i>	703
14.	Atos Processuais	704
14.1.	Atos processuais.....	704
14.1.1.	Comunicação dos atos processuais	709
15.	Vícios do ato processual	710
15.1.	Nulidades processuais.....	710
15.1.1.	Princípio da primazia da decisão de mérito.....	711

16. Formação do processo	711
16.1. Saneamento e Organização do Processo	712
16.2. Suspensão do Processo	712
16.3. Extinção do processo.....	713
17. Procedimentos aplicáveis no processo do trabalho.....	714
17.1. Procedimento sumaríssimo	714
17.2. Procedimento sumário	715
17.3. Procedimento ordinário	716
17.4. Negócio Jurídico Processual (Adaptação e flexibilidade negocial ou judicial do procedimento)	716
18. Dissídio Individual, Petição Inicial e Audiência Trabalhista.....	717
18.1. Petição inicial.....	717
18.1.1. Cumulação de pedidos.....	718
18.1.2. Aditamento e emenda da petição inicial	719
Indeferimento da petição inicial	719
18.2. Improcedência liminar do pedido	719
18.3. Desistência da reclamação	721
19. Audiências	721
19.1. Acordo judicial	722
20. Intervenção do Ministério Público do Trabalho como fiscal da ordem jurídica. Hipóteses. Interesse público e social	723
21. Atuação do ministério público nas ações relativas ao pagamento aos dependentes ou sucessores de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.....	723
22. Respostas do Réu	724
22.1. Reconvenção	726
22.2. Matérias alegáveis após a contestação.....	726
23. Provas	727
23.1. Princípios da prova.....	727
23.1.1. Contraditório e ampla defesa.....	727
23.1.2. Necessidade.....	727
23.1.3. Oralidade	727
23.1.4. Imediação	727
23.1.5. Aquisição Processual da Prova ou Comunhão da Prova.....	728
23.2. Ônus da prova.....	728
23.3. Valoração da prova.....	729
23.4. Prova emprestada	730
23.5. Proibição da prova ilícita	730
23.6. Alteração da ordem de produção dos meios de prova.....	731
23.7. Poderes instrutórios do juiz.....	731
24. Meios de prova.....	732
24.1. Prova digital e Lei Geral de Proteção de dados.....	732
24.2. Interrogatório e depoimento pessoal:	733
24.2.1. Confissão.....	733
24.3. Prova documental.....	734
24.3.1. Falsidade de documento	734

24.4.	Prova testemunhal	735
24.4.1.	Multa aplicada à testemunha.....	736
24.5.	Inspeção Judicial.....	736
24.6.	Prova pericial	737
24.7.	Honorários periciais	737
25.	Tutela provisória	738
25.1.	Estabilização da tutela antecipada	740
25.2.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	740
26.	Pronunciamentos judiciais: decisão interlocutória e Sentença. Coisa Julgada	741
26.1.	Sentença.....	741
26.1.1.	Classificação.....	742
26.2.	Decisão Interlocutória	743
26.3.	Fundamentação das decisões	743
26.4.	Técnica de ponderação no Processo do Trabalho.....	744
26.5.	Julgamento antecipado	744
26.6.	Improcedência liminar do pedido	745
26.7.	Efeitos anexos da sentença	745
26.8.	Coisa julgada	746
26.8.1.	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.....	746
26.8.2.	Relativização da coisa julgada	747
26.9.	Tutela inibitória e de remoção do ilícito	748
27.	Termo de conciliação	748
28.	Recursos	748
28.1.	Teoria geral dos recursos.....	748
28.1.1.	Tempestividade.....	749
28.1.2.	Custas e depósito recursal.....	750
28.1.3.	Efeito do recurso trabalhista.....	752
28.1.4.	Reexame necessário	752
28.1.5.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	753
28.1.6.	Poderes do relator	753
28.1.7.	Direito Intertemporal	754
28.2.	Recursos em espécie.....	754
28.2.1.	Embargos de declaração.....	754
28.2.2.	Recurso ordinário	755
28.2.2.1.	<i>Teoria da causa madura</i>	756
28.2.3.	Agravo de petição	756
28.2.4.	Agravo de instrumento.....	756
28.2.5.	Recurso de revista	757
28.2.5.1.	<i>Recurso de revista repetitivo</i>	759
28.2.6.	Recurso de embargos para a SDI (embargos de divergência)	760
28.2.7.	Recurso adesivo	761
28.2.8.	Agravo interno e regimental	762
28.2.9.	Recurso extraordinário	763
28.2.10.	Multas processuais	763

28.2.11. Pedido de revisão	764
28.2.12. Acórdão, especificidades e nulidades	764
29. Precedentes Judiciais.....	765
29.1. Incidente de resolução de demandas repetitivas	766
29.2. Incidente de assunção de competência	767
29.3. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade	767
30. Liquidação de sentença	768
31. cumprimento de sentença. disposições gerais e espécies	769
31.1. protesto de títulos executivos	770
32. Execução trabalhista	770
32.1. Princípios.....	770
32.2. Execução definitiva e execução provisória.....	772
32.3. Prescrição intercorrente	772
32.4. Títulos extrajudiciais e judiciais	772
32.5. Competência para a execução.....	773
32.6. Legitimidade.....	773
32.7. Responsabilidade patrimonial	773
32.7.1. Responsabilidade do sócio (desconsideração da personalidade jurídica)	774
32.7.2. Sucessão de empresas.....	775
32.7.3. Responsabilidade do Grupo Econômico.....	775
32.8. Hipoteca judiciária.....	776
32.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	776
32.10. Ferramentas de pesquisa, restrição e constrição de patrimônio.....	777
33. Execução	777
33.1. Execução contra a massa falida e empresa em recuperação judicial.....	777
33.2. Execução por quantia certa de devedor solvente.....	778
33.3. Execução de obrigação de fazer e não fazer.....	780
33.3.1. Título judicial	780
33.3.2. Título extrajudicial.....	781
33.4. Execução de prestações sucessivas.....	782
33.5. Execução das contribuições previdenciárias	782
33.6. Penhora	783
34. Meios de defesa do executado e do terceiro	785
34.1. Embargos à execução.....	785
34.2. Exceção de pré-executividade	785
34.3. Impugnação à decisão de liquidação.....	785
34.4. Embargos de terceiros	785
34.5. Expropriação de bens.....	786
34.6. Remição da execução.....	786
34.7. Adjudicação	786
34.8. Arrematação	787
34.9. Execução contra a Fazenda Pública.....	788
34.10. Fraude à execução.....	788
35. Ação Civil Pública	789
35.1. Cabimento.....	789

35.2.	Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	789
35.3.	Competência	790
35.4.	Legitimidade.....	791
35.5.	Tutelas.....	791
35.5.1.	Tutela inibitória e de remoção de ilícito.....	792
35.6.	Valor da prova produzida em Inquérito civil.....	793
35.7.	Prescrição.....	793
35.8.	Sentença.....	793
35.9.	Coisa julgada	794
35.10.	Liquidação e execução.....	794
35.11.	Execução de termo de compromisso de ajustamento de conduta.....	794
35.12.	Destinações decorrentes de ações coletivas	795
36.	Ação anulatória de normas convencionais.....	796
37.	Ação de improbidade administrativa. Ação popular. Mandado de segurança coletivo. Mandado de injunção coletivo	796
37.1.	Ação por improbidade administrativa	796
37.2.	Ação popular	797
37.3.	Mandado de Segurança	801
37.4.	Mandado de segurança coletivo.....	803
37.5.	Mandado de injunção coletivo	803
38.	Ação rescisória.....	804
39.	Ação anulatória de sentença (<i>querela nullitatis</i>).....	810
40.	Inquérito para apuração de falta grave.....	810
41.	Dissídio coletivo.....	811
42.	Ação de cumprimento.....	813
43.	Procedimentos especiais.....	814
43.1.	Consignação em Pagamento.....	814
43.2.	Ação de prestação de contas.....	814
43.3.	Ação monitória	815
43.4.	Reclamação correicional	816
43.5.	Reclamação	817
43.6.	<i>Habeas corpus</i>	818
43.7.	<i>Habeas data</i>	819
43.8.	Ações possessórias.....	819
43.9.	Interdito proibitório	819
44.	Jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial.....	820

DIREITO CIVIL E DIREITO DE EMPRESA

Plínio Moura

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO E AO DIREITO CIVIL.....	824
1.1. Constitucionalização do Direito Civil e a Lei da Liberdade Econômica.....	825
1.2. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e as regras de Interpretação e Integração Normativa.	826
1.2.1. Vigência da lei no tempo.	827

1.2.2.	Aplicação e Conflito das leis no tempo. Princípio da irretroatividade. Direito adquirido. Coisa julgada. Relativização da coisa julgada.....	828
1.2.3.	Aplicação e Conflito das leis no espaço.....	831
1.2.4.	Hermenêutica Jurídica. Regras e métodos de interpretação do direito....	833
1.2.5.	Regras de integração do direito. Analogia, costume, princípios gerais de direito e equidade. Ordem de aplicação dos métodos de integração.....	834
1.2.6.	Novas regras da LINDB sobre a Segurança Jurídica – Lei 13.655, de 25.04.18.....	835
1.3.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	837
CAPÍTULO 2. PESSOAS NATURAIS.....		837
2.1.	Conceito e distinções: Personalidade Jurídica x Capacidade Jurídica.....	838
2.2.	Teoria das Incapacidades.....	839
2.3.	Proteção dos interesses dos incapazes. Aplicação da Lei nº 6.858/1980. Proteção a grupos vulneráveis. Proteção dos direitos dos indígenas. Igualdade racial. Igualdade de gênero. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Atuação do Ministério Público do Trabalho.....	841
2.4.	Direitos da personalidade. Dignidade humana. Teoria do mínimo existencial.....	844
2.5.	Fim da Existência da Pessoa Natural.....	847
2.5.1.	Morte Real x Morte Civil.....	847
2.5.2.	Comoriência (tempo x espaço).....	847
2.5.3.	Morte Presumida – Procedimentos Judiciais para a Declaração da Morte Presumida.....	847
2.5.3.1.	Procedimento de Declaração de Morte Presumida <u>SEM</u> prévia Decretação de Ausência.....	848
2.5.3.2.	Procedimento de Declaração de Morte Presumida <u>COM</u> prévia Decretação de Ausência.....	848
2.6.	Domicílio da Pessoa Natural.....	850
2.7.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	851
CAPÍTULO 3. PESSOA JURÍDICA.....		852
3.1.	As pessoas jurídicas: classificação, constituição e normas gerais. Entes despersonalizados.....	853
3.2.	Direitos da Personalidade.....	853
3.3.	Normas Gerais de Administração e Responsabilidade.....	853
3.4.	Desconsideração da personalidade jurídica. Abuso da personalidade jurídica.....	854
3.5.	Dissolução da Pessoa Jurídica.....	855
3.6.	Classificação.....	856
3.6.1.	Associações.....	857
3.6.2.	Fundações.....	858
3.7.	Domicílio Civil das Pessoas Jurídicas.....	858
3.8.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	859
CAPÍTULO 4. BENS.....		859
4.1.	Conceito de Bens.....	859
4.2.	Espécies e Classificação.....	860
4.2.1.	Bens Considerados em si mesmos.....	860
4.2.2.	Bens Reciprocamente Considerados.....	861

4.2.3.	Bens Públicos	863
4.3.	Bem de família e outros bens impenhoráveis	864
4.4.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais	866
CAPÍTULO 5. FATOS JURÍDICOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS		866
5.1.	Teoria Geral do Fato Jurídico. Atos Jurídicos.....	867
5.2.	Negócio Jurídico	868
5.2.1.	Manifestação e interpretação das declarações de vontade.....	868
5.2.2.	Elementos e requisitos de validade. Condição, termo e encargo.....	868
5.2.3.	Negócio Jurídico: Defeitos e Invalidades. Representação	872
5.2.3.1.	Representação	873
5.2.3.2.	Invalidades: Nulidade e anulabilidade	873
5.2.3.3.	Defeitos dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo e lesão.....	874
5.2.3.4.	A Simulação	877
5.3.	A Prova do Negócio Jurídico.....	878
5.3.1.	Confissão (arts. 213-214).....	878
5.3.2.	Prova Documental (arts. 215-226)	878
5.3.3.	Prova Testemunhal (arts. 227-228)	878
5.3.4.	Presunções	879
5.3.5.	Perícia.....	879
5.4.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	879
CAPÍTULO 6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....		880
6.1.	Distinções	880
6.2.	Hipóteses de Suspensão	881
6.3.	Hipóteses de Interrupção	881
6.4.	Prazos prescricionais.....	882
6.5.	Prescrição Intercorrente	883
6.6.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	883
CAPÍTULO 7. OBRIGAÇÕES		884
7.1.	Obrigações: conceito e elementos	884
7.2.	Modalidades e Classificação	885
7.2.1.	Classificação Geral.....	885
7.2.1.1.	Dar coisa certa.....	885
7.2.1.2.	Dar coisa incerta (arts. 243-246)	886
7.2.1.3.	Fazer e Não Fazer (arts. 247-251).....	886
7.2.2.	Classificações Especiais	886
7.2.2.1.	Cumulativas, Alternativas e Facultativas (arts. 252-256, do CC)	886
7.2.2.2.	Divisíveis x Indivisíveis (arts. 257-263).....	887
7.2.2.3.	Solidárias (arts. 264-285)	887
7.2.2.4.	Obrigações de Meio, de Resultado e de Garantia	888
7.2.2.5.	Obrigações Civas, Naturais e Morais	889
7.2.2.6.	Obrigações de Execução Instantânea, Diferida e Continuada/ Periódica.....	889
7.2.2.7.	Obrigações Puras e Simples; Condicionais; a Termo e Modais..	890

7.2.2.8.	Obrigações Líquidas e Ilíquidas.....	890
7.2.2.9.	Obrigações principais e acessórias.....	890
7.3.	Transmissão.....	890
7.3.1.	Cessão de Crédito.....	890
7.3.2.	Cessão de Débito ou Assunção de Dívidas	891
7.4.	Adimplemento e Extinção das Obrigações.....	891
7.4.1.	Teoria Geral do Pagamento – Extinção Direta.....	891
7.4.2.	Regras Especiais de Extinção Indireta	893
7.5.	Descumprimento das Obrigações.....	894
7.5.1.	Inadimplemento Absoluto x Relativo	894
7.5.2.	Espécies de Mora e suas consequências	894
7.5.3.	Cláusula Penal.....	894
7.5.4.	Arras.....	895
7.5.5.	Multa Cominatória	895
7.6.	Pagamento indevido e enriquecimento sem causa.....	897
7.6.1.	Pagamento Indevido.....	897
7.6.2.	Enriquecimento sem causa	898
7.7.	Insolvência. Preferências e privilégios creditórios. Efeitos e regras legais	899
7.8.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	900
CAPÍTULO 8. CONTRATOS.....		901
8.1.	Contratos. Disposições Gerais	901
8.1.1.	Princípios do Direito Contratual. Adimplemento Substancial.	901
8.1.2.	Classificação.....	905
8.1.3.	Formação dos Contratos.....	907
8.1.4.	Garantias Legais: Evicção e Vícios redibitórios	908
8.1.4.1.	Proteção do Adquirente em face de Vícios Redibitórios	908
8.1.4.2.	Proteção do Adquirente em face de Evicção.....	909
8.1.5.	Da extinção dos contratos: exceção do contrato não cumprido e resolução por onerosidade excessiva. Teoria da Imprevisão	909
8.1.5.1.	Extinção Normal	909
8.1.5.2.	Extinção Anormal.....	909
8.1.5.2.1.	Extinção Anormal por Causas Antecedentes ou Concomitantes.....	909
8.1.5.2.2.	Extinção Anormal por Causas Supervenientes. Distrato. Exceção do Contrato não Cumprido. Teoria da Imprevisão. Resolução por Onerosidade Excessiva ...	910
8.2.	Espécies de contratos: compra e venda, doação, empréstimo, comodato, mútuo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, transporte de coisas e de pessoas, locação de imóvel residencial ao empregado e direito de retomada.....	911
8.2.1.	Compra e Venda.....	911
8.2.2.	Doação.....	913
8.2.3.	Empréstimo (comodato e mútuo).....	914
8.2.3.1.	Mútuo.....	914
8.2.3.2.	Comodato.....	915

8.2.4.	Prestação de serviço	915
8.2.5.	Empreitada.....	916
8.2.6.	Depósito.....	917
8.2.7.	Mandato.....	917
8.2.8.	Transporte de Pessoas e de Coisas	918
8.2.9.	Locação de imóvel residencial ao empregado e direito de retomada	918
9.3.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema	919
CAPÍTULO 9. RESPONSABILIDADE CIVIL.....		919
9.1.	Atos ilícitos e Abuso de Direito. Obrigação de indenizar. Atos ilícitos praticados por pessoas jurídicas	920
9.2.	Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil e penal. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidades solidária e subsidiária. Responsabilidade patrimonial e extrapatrimonial.....	921
9.2.1.	Responsabilidade Contratual x Extracontratual / Aquiliana	921
9.2.2.	Responsabilidade Objetiva x Subjetiva	921
9.2.3.	Responsabilidade Solidária x Subsidiária	922
9.2.4.	Responsabilidade Civil x Penal	922
9.2.5.	Responsabilidade Patrimonial x Extrapatrimonial	922
9.3.	Elementos da Responsabilidade civil. Responsabilidade por fato próprio e por fato de terceiro. Responsabilidade civil preventiva. Socialização dos riscos. Dano material, moral e estético. Danos à pessoa. Danos sociais. Dano existencial e dano à imagem. Dano moral coletivo. Quantificação.....	922
9.3.1.	Conduta Humana. Responsabilidade por fato próprio e por fato de terceiro	923
9.3.2.	Nexo de causalidade	924
9.3.3.	Dano. Responsabilidade civil preventiva. Socialização dos riscos. Dano material, moral e estético. Danos à pessoa. Danos sociais. Dano existencial e dano à imagem. Dano moral coletivo. Quantificação.....	924
9.3.3.1.	Responsabilidade Civil Preventiva e Socialização dos Riscos ...	924
9.3.3.2.	Espécies de Dano.....	925
9.3.3.3.	Quantificação dos Danos	928
9.3.4.	Culpa	928
9.4.	Excludentes da Responsabilidade Civil. Caso Fortuito e Força Maior.....	928
9.4.1.	Excludentes da ILICITUDE (Legítima Defesa, Exercício Regular de Direito, Estrito Cumprimento de Dever Legal e Estado de Necessidade).....	928
9.4.2.	Excludentes da CAUSALIDADE (Caso Fortuito, Força Maior, Culpa Exclusiva da Vítima e Fato de Terceiro)	929
9.5.	Transmissibilidade da Responsabilidade Civil.....	929
9.6.	Responsabilidade Civil por Fato da Coisa	929
9.7.	Responsabilidade Civil por Cobrança Judicial de Dívidas.....	930
9.8.	Responsabilidade Civil por Crime. Efeitos da Sentença Criminal	931
9.8.1.	Homicídio e Acidente com evento morte	931
9.8.2.	Lesão Corporal e demais Acidentes Incapacitantes.....	931
9.8.3.	Crime Patrimonial.....	931
9.8.4.	Crime contra a Honra	931

9.8.5.	Crime contra a Liberdade Pessoal	932
9.9.	Responsabilidade civil: inteligência artificial e algoritmos	932
9.10.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema	932
CAPÍTULO 10.	DIREITOS REAIS	935
10.1.	Posse	935
10.1.1.	Conceito	935
10.1.2.	Classificação, composses e desdobramento da posse	936
10.1.3.	Posse X Detenção	937
10.1.4.	Modos de aquisição e perda da posse	938
10.1.5.	Efeitos	939
10.2.	Direitos Reais	939
10.2.1.	Distinções entre Direitos Reais e Direitos Obrigacionais e Figuras Híbridas	939
10.2.2.	Classificação dos Direitos Reais	941
10.2.3.	Direito Real na Coisa Própria – PROPRIEDADE	941
10.2.3.1.	Estrutura, Faculdades, Poderes e Características	941
10.2.3.2.	Extensão	942
10.2.3.3.	A descoberta	943
10.2.3.4.	Função socioambiental da propriedade e sua concretização ...	943
10.2.3.5.	Propriedade resolúvel (ad tempus)	944
10.2.3.6.	Aquisição da propriedade imóvel: registro público, acessões e usucapião	944
10.2.3.6.1.	Registro (arts. 1.245-1.247, do CC)	945
10.2.3.6.2.	Acessão (arts. 1.248-1.259, do CC)	945
10.2.3.6.3.	Usucapião (arts. 1.238-1.244, do CC)	946
10.2.3.7.	Aquisição da propriedade móvel	947
10.2.3.7.1.	Tradição (arts. 1267-1268, do CC)	948
10.2.3.7.2.	Ocupação (arts. 1263, do CC)	948
10.2.3.7.3.	Usucapião (arts. 1260-1262, do CC)	948
10.2.3.7.4.	Achado de Tesouro (arts. 1264-1266, do CC)	949
10.2.3.7.5.	Especificação (arts. 1269-1271, do CC)	949
10.2.3.7.6.	Comistão, Confusão e Adjunção (arts. 1272-1274, do CC)	949
10.2.3.8.	A perda da propriedade	949
CAPÍTULO 11.	TEORIA DA EMPRESA	950
11.1.	Empresa: conceito	950
11.2.	Do empresário e do exercício da empresa: caracterização, inscrição e capacidade	951
11.2.1.	Caracterização: Exercício da Empresa, Capacidade e Impedimentos	951
11.2.2.	Registro e inscrição	953
11.3.	Institutos Complementares: Estabelecimento Empresarial, Nome Empresarial, Escrituração e Prepostos	954
11.3.1.	Estabelecimento Empresarial	954
11.3.2.	Nome Empresarial	955
11.3.3.	Escrituração e Registro	956

11.3.4. Prepostos.....	959
11.4. Compliance: conceito. Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira..	959
CAPÍTULO 12. DIREITO SOCIETÁRIO.....	962
12.1. Sociedade: normas gerais.....	963
12.2. Sociedades não personificadas	964
12.2.1. Sociedade em Comum	964
12.2.2. Sociedade em Conta de Participação.....	965
12.3. Sociedades personificadas: espécies	965
12.4. Sociedade limitada.....	965
12.5. Sociedade cooperativa. Cooperativa de prestação de serviços. Cooperativa Social	966
12.5. Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades	969
12.5. Sociedade anônima: conceito, características e espécies. Deveres e responsabilidade dos administradores e diretores. Condição jurídica dos empregados eleitos para a Diretoria. Holding patrimonial e familiar	970
CAPÍTULO 13. DIREITO FALIMENTAR.....	972
CAPÍTULO 14. CONTRATOS MERCANTIS.....	974
CAPÍTULO 15. DIREITO DO CONSUMIDOR.....	977
15.1. Princípios de regência e direitos básicos.....	977
15.2. Desconsideração da personalidade jurídica	979
15.3. Proteção contratual.....	980
15.4. A defesa do consumidor em juízo	980
15.5. Convenção Coletiva de Consumo.....	982
CAPÍTULO 16. Marco Civil da Internet. Responsabilidade civil: Algoritmos e Inteligência Artificial.....	982
16.1. Princípios, Garantias, Direitos e Deveres essenciais no Marco Civil da Internet.....	982
16.2. Responsabilidade Civil na Internet.....	985
Referências Bibliográficas.....	988

REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Élisson Miessa

1. Evolução do Ministério Público.....	992
1.1. Antecedentes históricos	992
1.2. Ministério Público nas Constituições.....	992
1.3. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988	993
2. Princípios, Garantias, Vedações e Deveres dos Membros do Ministério Público	993
2.1. Princípios do Ministério Público	993
2.2. Garantias do Ministério Público.....	994
2.3. Prerrogativas.....	994
2.4. Vedações do Ministério Público	996
2.5. Deveres	996
3. Organização, estrutura e atribuições constitucionais do Ministério Público	997
3.1. Modelos de atuação.....	997
3.2. Atribuições constitucionais.....	997

3.3.	Expedição de notificações e requisições.....	997
4.	O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Resoluções do CNMP	999
4.1.	Corregedoria-Geral do Ministério Público.....	1000
4.2.	Órgãos Colegiados	1001
4.3.	Ouvidorias	1001
5.	Ministério Público da União. Lei Complementar nº 75/93. Carreira. Instrumentos de atuação. Responsabilidade civil, penal e administrativa	1001
5.1.	Estrutura.....	1001
5.2.	Organização.....	1001
5.3.	Carreira.....	1002
5.4.	Instrumentos de atuação	1003
5.5.	Responsabilidade civil, penal e administrativa	1005
6.	Ministério Público dos Estados. Lei Orgânica Nacional (Lei nº 8.625/93).....	1006
7.	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	1007
8.	Litisconsórcio entre Ministérios Públicos	1007
9.	Ministério Público do Trabalho	1007
9.1.	Organização da carreira (Art. 86 da LC 75/93)	1007
9.2.	Organização da Instituição.....	1008
9.2.1.	Procurador-Geral do Trabalho (arts. 87 a 92 da LC nº 75/93).....	1008
9.2.2.	Colégio de Procuradores (arts. 93 e 94 da LC nº 75/93).....	1009
9.2.3.	Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (arts. 95 a 98 da LC nº 75/93).....	1010
9.2.4.	Câmara de Coordenação e Revisão do MPT (arts. 99 a 103 da LC nº 75/93).....	1011
9.2.5.	Corregedoria-Geral do MPT (arts. 104 a 106 da LC nº 75/93)	1012
9.3.	Atribuições judiciais e extrajudiciais	1012
9.4.	Coordenadorias Nacionais temáticas do MPT. Resoluções do CSMPT	1014
9.5.	Enunciados da Câmara de Coordenação e Revisão:.....	1016
10.	Instrumentos de atuação extrajudicial em tutela coletiva.....	1023
10.1.	Notícia de Fato	1023
11.	Procedimento preparatório	1024
12.	Inquérito civil.....	1024
13.	Poderes de investigação: requisição, notificação, inspeção e realização de diligências	1025
14.	Procedimento Administrativo para acompanhamento de ações estratégicas.....	1026
15.	Termos de ajustamento de conduta	1026
16.	Recomendação	1028
17.	Audiência pública	1029

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Luciano Alves Rossato

1.	As Normas Fundamentais do Direito Processual Civil	1039
1.1.	Os Princípios e as Regras Processuais.	1039
1.1.1.	Normas Fundamentais do Processo Civil (Princípios e regras).....	1039
1.2.	Aplicação das Normas Processuais.....	1044
1.2.1.	Interpretação da norma processual	1044

1.2.2.	Norma processual no tempo e no espaço	1044
1.2.3.	Direito Processual Intertemporal	1044
1.3.	Efetividade Processual	1045
1.4.	Acesso à Justiça	1045
1.5.	Processo Eletrônico	1046
1.6.	Processo e ideologia	1047
1.7.	Constitucionalização do Processo Civil. O Processo Civil na dimensão dos direitos fundamentais	1048
2.	Jurisdição, competência e ação	1048
2.1.	Jurisdição	1048
2.1.1.	Conceito, princípios, natureza e classificações da jurisdição	1048
2.1.2.	Limites da jurisdição nacional	1050
2.1.3.	Cooperação internacional	1051
2.2.	Competência	1051
2.2.1.	Definição	1051
2.2.2.	Regra da perpetuação da competência	1051
2.2.3.	Competência da Justiça Federal	1053
2.2.4.	Competência nas ações de direito pessoal e direito real sobre bem móvel	1054
2.2.5.	Competência para as ações fundadas em direito real sobre imóveis	1055
2.2.6.	Exceções à regra de competência das ações pessoais	1055
2.2.7.	Modificação Legal da Competência	1056
2.2.8.	Foro de eleição	1057
2.2.9.	Incompetência	1057
2.2.10.	Conflito de competência	1058
2.2.11.	Cooperação nacional	1059
2.2.12.	Dos atos concertados entre os juízes cooperantes	1059
2.3.	Ação	1059
2.3.1.	Conceito	1059
2.3.2.	Elementos identificadores da ação	1059
2.3.3.	Condições da Ação	1060
2.3.4.	Classificação	1062
2.3.5.	Ação e Pretensão	1062
2.3.6.	Direito de ação na perspectiva constitucional	1062
2.3.7.	Direito à adequada tutela jurisdicional	1062
3.	Processo	1062
3.1.	Natureza jurídica	1062
3.2.	Processo e Relação Jurídica Processual	1063
3.3.	Pressupostos processuais	1063
3.4.	Garantias constitucionais do processo	1065
3.5.	Objeto do processo	1065
3.6.	Processo estrutural	1065
4.	Dos sujeitos do processo	1066
4.1.	Das partes e dos seus procuradores	1066

4.1.1.	Capacidade de ser parte	1066
4.1.2.	Capacidade da pessoa jurídica	1067
4.1.3.	Vício por incapacidade processual ou irregularidade da representação da parte	1067
4.1.4.	Deveres das partes	1068
4.1.5.	Sentidos da expressão “parte”	1068
4.1.6.	Legitimação extraordinária	1069
4.1.7.	Alienação da coisa litigiosa	1069
4.1.8.	Sucessão processual	1070
4.1.9.	Dos Procuradores	1070
4.2.	Juiz e auxiliares da justiça. Poderes. Responsabilidades.....	1071
4.2.1.	Incumbências do juiz	1071
4.2.2.	Proibição do non liquet	1072
4.2.3.	Decisão por equidade	1072
4.2.4.	Processo utilizado para a prática de ato simulado ou para fim vedado pela lei.....	1072
4.2.5.	Responsabilidade civil do juiz	1072
4.2.6.	Impedimento e da Suspeição do Juiz	1073
4.2.7.	Arguição de Impedimento ou de Suspeição	1073
4.2.8.	Auxiliares da Justiça.....	1075
4.3.	Ministério Público	1075
4.3.1.	Perfil Constitucional	1075
4.3.2.	Intervenção como parte.....	1075
4.3.3.	Intervenção como fiscal da ordem jurídica.....	1075
4.3.4.	Poderes investigatórios	1076
4.3.5.	Responsabilidades	1076
4.3.6.	Impedimentos e suspeição	1076
4.4.	Advocacia pública.....	1076
4.4.1.	Atribuição	1076
4.4.2.	Prerrogativas das pessoas jurídicas de direito público	1076
4.5.	Defensoria pública.....	1077
4.5.1.	Missão institucional	1077
4.5.2.	Prerrogativa	1077
4.6.	Abuso do exercício do direito processual. Atos atentatórios à dignidade da justiça. Litigância de má-fé	1077
4.7.1.	<i>Despesas</i>	1078
4.7.2.	<i>Honorários advocatícios</i>	1079
4.7.3.	<i>Multas</i>	1081
4.7.4.	<i>Caução real do residente no exterior</i>	1081
4.8.	Gratuidade da Justiça	1081
4.9.	Litisconsórcio.....	1082
4.9.1.	Definição	1082
4.9.2.	Classificação do litisconsórcio.....	1082
4.9.3.	Intervenção de terceiros	1084

5.	Atos Processuais	1090
5.1.	Dos Fatos Processuais.....	1090
5.2.	Atos Processuais: parte geral	1090
5.2.1.	Conceito	1090
5.2.2.	Forma dos atos processuais.....	1090
5.2.3.	Segredo de justiça	1090
5.3.	Negócio jurídico processual e o calendário processual.....	1090
5.4.	Prática eletrônica de atos processuais.....	1091
5.5.	Atos das Partes.....	1091
5.5.1.	Classificação.....	1091
5.5.2.	Produção imediata de efeitos como regra	1091
5.5.3.	A desistência da ação	1092
5.6.	Pronunciamentos do juiz	1092
5.6.1.	Os Pronunciamentos Judiciais	1092
5.6.2.	Das Sentenças.....	1093
5.6.3.	Decisões interlocutórias.....	1094
5.6.4.	Os despachos	1095
5.7.	Atos dos auxiliares do juízo	1095
5.8.	Do tempo dos atos processuais.....	1095
5.9.	Lugar dos atos processuais.....	1095
5.10.	Dos prazos processuais.....	1096
5.11.	Preclusão.....	1097
5.12.	Comunicação dos atos processuais.....	1097
5.13.	Citação	1098
5.14.	Intimação	1100
5.15.	Das nulidades	1101
6.	Direito Fundamental à tutela jurisdicional tempestiva	1101
6.1.	Tutelas de Urgência e da Evidência.....	1101
6.2.	Tutela de Urgência: antecipada e cautelar.....	1102
6.3.	A Tutela Antecipada requerida de forma antecedente	1102
6.4.	Da Tutela Cautelar e Poder Geral de Cautela	1103
6.5.	Tutela Cautelar antecedente.....	1103
6.6.	Tutela da Evidência.....	1104
6.7.	Estabilização da tutela antecipada	1105
6.8.	Responsabilidade objetiva	1105
7.	Da formação do Processo, Suspensão e Extinção do Processo	1106
7.1.	Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição	1106
7.2.	A Propositura da Ação.....	1106
7.3.	Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida	1106
7.4.	Da Suspensão do Processo.....	1106
7.4.1.	Efeito da Suspensão: paralisação do processo.....	1106
7.5.	Extinção do Processo.....	1106
7.5.1.	Hipóteses de extinção sem resolução do mérito	1106
8.	Procedimento comum	1107
8.1.	Aspectos iniciais	1107

8.2.	Petição inicial.....	1107
8.2.1.	Requisitos	1107
8.2.2.	Controle da petição inicial.....	1108
8.2.3.	Vícios da Petição Inicial.....	1108
8.2.4.	Pedido.....	1109
8.2.5.	Indeferimento da petição inicial	1111
8.3.	Improcedência liminar do pedido	1112
8.4.	Audiências	1113
8.4.1.	Da audiência de conciliação e mediação	1113
8.4.2.	Audiências telepresenciais	1113
8.5.	Contestação	1114
8.5.1.	Reações possíveis do réu	1114
8.5.2.	Momento do oferecimento da contestação	1114
8.5.3.	Intempestividade da contestação	1115
8.5.4.	Princípio da concentração e da eventualidade	1115
8.5.5.	Defesa processual – as preliminares	1116
8.5.6.	Illegitimidade do réu	1116
8.5.7.	Protocolo da petição no caso de incompetência relativa ou absoluta.....	1117
8.5.8.	Ônus da impugnação especificada	1117
8.5.9.	Questões preliminares, prejudiciais de mérito e mérito.....	1117
8.6.	Reconvenção	1117
8.6.1.	Natureza jurídica	1117
8.6.2.	Forma.....	1117
8.6.3.	Requisitos	1118
8.6.4.	Partes na reconvenção.....	1118
8.6.5.	Desistência da ação principal ou causa extintiva.....	1118
8.6.6.	Procedimento.....	1118
8.7.	Revelia.....	1119
8.7.1.	Noção.....	1119
8.7.2.	Efeitos da revelia	1119
8.8.	Providências preliminares e de saneamento	1119
8.9.	Julgamento conforme o estado do processo	1121
8.10.	Audiência de instrução e julgamento	1121
8.11.	Provas	1121
8.11.1.	Conceito e disposições gerais	1121
8.11.2.	Prova ilícita	1122
8.11.3.	Sistema de apreciação da prova.....	1122
8.11.4.	Provas típicas e atípicas	1122
8.11.5.	Prova emprestada.....	1123
8.11.6.	Distribuição do ônus probatório.....	1123
8.11.7.	Provas digitais	1123
8.11.8.	Produção probatória para autocomposição.....	1123
8.11.9.	Deveres e direitos probatórios.....	1124

8.11.10.	Iniciativa probatória do juiz, do Ministério Público e das partes	1124
8.11.11.	Ata notarial.....	1124
8.11.12.	Depoimento pessoal	1124
8.11.13.	Confissão.....	1125
8.11.14.	Exibição de documento ou coisa.....	1125
8.11.15.	Prova documental	1126
8.11.16.	Documentos eletrônicos.....	1126
8.11.17.	Prova testemunhal	1126
8.11.18.	Prova pericial	1127
8.11.19.	Inspeção judicial	1128
8.11.20.	Indícios e presunções.....	1128
9.	Sentença, coisa julgada e liquidação	1128
9.1.	Sentença.....	1128
9.1.1.	Conceito	1128
9.1.2.	Classificações de sentença	1129
9.1.3.	Princípio da adstrição, congruência ou da correlação	1129
9.1.4.	Elementos das sentenças.....	1130
9.1.5.	Conteúdo mínimo da sentença.....	1130
9.1.6.	Publicação, correção e integração da sentença.....	1131
9.1.7.	Efeitos da sentença de mérito.....	1131
9.1.8.	Interpretação da sentença	1132
9.1.9.	Decisões parciais de mérito	1132
9.2.	Remessa necessária.....	1132
9.3.	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, não fazer e entregar coisa	1132
9.3.1.	Tutela específica da obrigação e resultado prático equivalente	1132
9.3.2.	Tutela inibitória e de remoção do ilícito.....	1133
9.4.	Coisa julgada	1133
9.4.1.	Conceito	1133
9.4.2.	Questão principal e questão prejudicial	1133
9.4.3.	Coisa julgada formal e material	1134
9.4.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	1134
9.4.5.	Limites subjetivos da coisa julgada	1134
9.4.6.	Eficácia preclusiva da coisa julgada	1134
9.4.7.	Coisa julgada <i>pro et contra, secundum eventum litis e secundum eventum probationis</i>	1135
9.5.	Liquidação	1135
9.5.1.	Liquidação Provisória e Definitiva	1135
9.5.2.	Concomitantes liquidação e cumprimento de sentença em relação ao mesmo título	1136
9.5.3.	Apuração do Valor Dependente de Cálculos Aritméticos.....	1136
9.5.4.	Fixação de Honorários na Liquidação Proposta em Face da Fazenda Pública	1136
9.5.5.	Iniciativa da Liquidação.....	1136
9.5.6.	Procedimentos para Apuração do Valor.....	1136

9.5.7.	Natureza do Pronunciamento que Julga da Liquidação	1137
10.	Cumprimento de Sentença	1137
10.1.	Disposições Gerais.....	1137
10.1.1.	Princípio do dispositivo.....	1137
10.1.2.	Intimação do Devedor	1137
10.1.3.	Títulos executivos judiciais.....	1138
10.1.4.	Competência para a fase de cumprimento de sentença	1139
10.1.5.	Admissibilidade do protesto	1139
10.1.6.	Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes	1139
10.1.7.	Legitimados no cumprimento de sentença.....	1140
10.2.	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	1140
10.2.1.	Cabimento do cumprimento provisório	1140
10.2.2.	Regime do cumprimento provisório	1140
10.2.3.	Requerimento do cumprimento de sentença.....	1141
10.2.4.	Do Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa	1141
10.3.	Impugnação ao cumprimento de sentença.....	1143
10.4.	Constituição de capital	1146
10.5.	Patrimônio de afetação.....	1146
10.6.	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação em face da Fazenda Pública.....	1147
10.6.1.	Procedimento de cumprimento diferenciado	1147
10.6.2.	Requerimento de Iniciação da Fase de Cumprimento Definitivo da Obrigação de Pagar Quantia Certa	1147
10.6.3.	Da Intimação do Representante Judicial da Fazenda Pública	1147
10.6.4.	Do Não Oferecimento da Impugnação e os Honorários Advocatícios Devidos na Execução	1147
10.6.5.	Impugnação ao cumprimento de sentença	1147
10.6.6.	A Impugnação Parcial e o Cumprimento de Sentença	1149
10.6.7.	Efeito da Impugnação	1149
10.6.8.	Pronunciamento que Decide a Impugnação	1149
10.6.9.	Da Execução da Obrigação de Pagar Fundada em Título Executivo Extrajudicial	1150
10.7.	Precatório e obrigação de pequeno valor	1150
10.7.1.	Regime de Precatórios.....	1150
10.7.2.	Requisições de Pequeno Valor.....	1151
10.8.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de entregar coisa	1152
10.8.1.	Cumprimento de Sentença que Reconheça a exigibilidade de obrigação de Fazer ou de não fazer	1152
10.8.2.	A obtenção da tutela específica ou do resultado prático equivalente	1152
10.8.3.	Adoção das técnicas executiva e mandamental	1152

10.8.4.	Cumprimento de Sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	1153
11.	Procedimentos Especiais.....	1153
11.1.	Ação de Consignação em Pagamento	1153
11.2.	Embargos de terceiro	1156
11.3.	Habilitação.....	1158
11.4.	Ação monitória	1159
11.5.	Oposição	1161
11.6.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	1162
12.	Processo de Execução.....	1163
12.1.	Regras Gerais	1163
12.1.1.	Instrumentos Postos à Disposição do Juiz para a Efetividade da Execução.....	1163
12.1.2.	Ato Atentatório à Dignidade da Justiça.....	1163
12.1.3.	Desistência da Execução	1163
12.1.4.	Responsabilidade pelos Danos Causados ao Devedor	1164
12.2.	Das Partes	1164
12.3.	Competência	1164
12.4.	Requisitos para realizar qualquer execução.....	1165
12.5.	Responsabilidade Patrimonial.....	1165
12.6.	Fraude à execução	1165
12.7.	Das diversas espécies de execução	1166
12.7.1.	Direito de Preferência.....	1166
12.7.2.	Nulidade da execução.....	1167
12.8.	Da Execução para a Entrega de Coisa.....	1167
12.9.	Da Entrega de Coisa Incerta	1168
12.10.	Da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer.....	1168
12.11.	Da Execução por Quantia Certa.....	1169
12.11.1.	Disposições Gerais.....	1169
12.11.2.	Despacho Inicial.....	1169
12.11.3.	Averbação acautelatória	1170
12.11.4.	Citação Inicial	1170
12.11.5.	Pré-penhora ou arresto no processo executivo.....	1170
12.11.6.	Penhora	1171
12.11.7.	Avaliação.....	1173
12.11.8.	Meios Expropriatórios	1174
12.11.9.	Satisfação do Crédito	1179
12.11.10.	Execução contra a Fazenda Pública	1180
12.12.	Embargos à Execução	1181
12.12.1.	Natureza Jurídica	1181
12.12.2.	Requisitos para a Admissibilidade dos Embargos.....	1181
12.12.3.	Efeito Suspensivo.....	1182
12.12.4.	Pronunciamento que decide os embargos.....	1182
12.13.	Suspensão e extinção do processo de execução	1183

13. Processos de competência originária dos tribunais	1184
13.1. Precedentes	1184
13.1.1. Fixação de tese jurídica e uniformização, estabilidade e integridade	1184
13.1.2. Precedentes e súmulas judiciais. Súmulas vinculantes. Mecanismos para controle da aplicação dos precedentes	1184
13.1.3. Julgamento de casos repetitivos	1184
13.2. Incidente de assunção de competência	1184
13.3. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade	1185
13.4. Conflito de competência	1186
13.4.1. As Espécies de Conflito de Competência	1186
13.4.2. Competência para o Julgamento	1187
13.5. Ação rescisória	1187
13.5.1. Conceito	1187
13.5.2. Objeto da Ação Rescisória	1187
13.5.3. A rescisão de Apenas Um Capítulo da Decisão	1189
13.5.4. Competência para Julgamento	1189
13.5.5. Requisitos de admissibilidade da ação rescisória	1189
13.5.6. Observância do prazo decadencial	1189
13.5.7. Depósito do valor correspondente a 5% do valor da causa	1191
13.5.8. Hipóteses indicadas no art. 966 CPC	1192
13.5.9. Legitimidade para a propositura da ação rescisória	1193
13.6. Incidente de resolução de demandas repetitivas	1193
13.6.1. Finalidade	1193
13.6.2. Abrangência	1194
13.6.3. Legitimação	1194
13.6.4. Vinculação	1194
13.6.5. Suspensão de todos os processos determinada pelo STF ou pelo STJ	1194
13.7. Reclamação	1195
13.7.1. Natureza Jurídica e Finalidade	1195
13.7.2. Inadmissibilidade	1195
13.7.3. Transcendência dos Motivos Determinantes	1195
13.8. Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória ...	1195
14. Recursos: parte geral	1196
14.1. Meios de Impugnação das Decisões Judiciais	1196
14.2. Princípios Recursais	1196
14.3. Os requisitos de admissibilidade dos recursos	1199
14.4. Efeitos dos recursos	1203
14.5. Do recurso adesivo	1205
14.6. Do recurso parcial	1206
14.7. Julgamento não unânime	1206
14.8. Julgamento monocrático dos recursos pelo relator	1207
15. Recursos em espécie	1207
15.1. Apelação	1207
15.2. Agravos (Agravo de Instrumento e Agravo Interno)	1209

15.2.1.	Agravo de Instrumento	1209
15.2.2.	Agravo Interno.....	1210
15.2.3.	Agravo regimental.....	1210
15.3.	Embargos de declaração	1210
16.	Ações Constitucionais e Processo Civil nos Sistemas de Controle de Constitucionalidade	1211
16.1.	Mandado de Segurança	1211
16.1.1.	Conceito	1211
16.1.2.	O prazo para o ajuizamento do mandado de segurança.....	1211
16.1.3.	Legitimidade ativa e passiva no mandado de segurança individual.....	1212
16.1.4.	A autoridade apontada como coatora.....	1213
16.1.5.	Limitação à utilização do mandado de segurança	1213
16.1.6.	Competência	1214
16.1.7.	Tutela provisória.....	1214
16.1.8.	Desistência da ação	1215
16.1.9.	Sentença e coisa julgada no mandado de segurança.....	1215
16.1.10.	Cumprimento de Sentença.....	1215
16.1.11.	Os recursos no mandado de segurança	1216
16.1.12.	Mandado de Segurança Coletivo.....	1217
16.1.13.	Execução Individual da Sentença Coletiva.....	1218
16.1.14.	Sustentação oral em Tribunal.....	1218
16.2.	Tutela coletiva	1218
16.2.1.	Tutela de direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Teoria geral do processo coletivo.....	1218
16.2.2.	Ação civil pública e ação coletiva	1219
16.2.3.	Competência	1220
16.2.4.	Procedimento.....	1220
16.2.5.	Legitimidade. Litisconsórcio e assistência	1220
16.2.6.	Desistência	1221
16.2.7.	Continência e conexão	1221
16.2.8.	Litispêndência.....	1221
16.2.9.	Prescrição e decadência.....	1221
16.2.10.	Sentença	1221
16.2.11.	Tutelas provisórias.....	1221
16.2.12.	Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito	1221
16.2.13.	Recursos	1222
16.2.14.	Coisa julgada	1222
16.2.15.	Liquidação.....	1223
16.2.16.	Execução coletiva	1223
16.2.17.	Destinações decorrentes de ações coletivas	1224
16.2.18.	Atuação do Ministério Público.....	1224
16.3.	Ação popular	1224
16.3.1.	Definição.....	1224
16.3.2.	Legitimação para a propositura da ação popular	1224

16.3.3.	Polo passivo	1225
16.3.4.	Do Procedimento da Ação Popular	1225
16.3.5.	Da Sentença na Ação Popular	1225
16.3.6.	Da Coisa Julgada	1225
16.3.7.	Remessa Necessária	1226
16.4.	<i>Habeas data</i>	1226
16.4.1.	Previsão constitucional e regulamentação procedimental	1226
16.4.2.	Legitimidade	1227
16.4.3.	Condições específicas para a ação	1227
16.4.4.	Aspectos procedimentais	1227
16.5.	Ação de Improbidade Administrativa	1227
16.6.	Mandado de injunção coletivo	1228
16.7.	O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade	1228
16.7.1.	Observações Gerais	1228
16.7.2.	Procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade	1228
16.7.3.	Medida Cautelar	1229
16.7.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	1229
16.7.5.	Ações Cíveis Constitucionais	1229
16.7.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	1229
17.	Atuação extrajudicial do Ministério Público	1230
17.1.	Inquérito civil	1230
17.2.	Poderes de investigação	1231
17.3.	Valor de prova	1232
17.4.	Termo de compromisso de conduta	1232
17.5.	Execução	1233
17.6.	Métodos autocompositivos: negociação, mediação, conciliação e convenções processuais	1233

DIREITO ADMINISTRATIVO

Leandro Bortoleto

1.	Direito Administrativo: conceito, objeto e fontes	1238
2.	Princípios da Administração Pública	1239
3.	Administração Pública. Estrutura. Personalidade de direito público. Centralização, descentralização, desconcentração e privatização. Administração Pública direta e indireta. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações públicas. Agências reguladoras e executivas	1241
4.	Setor público não estatal: Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	1251
5.	Agentes públicos: agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos, agentes delegados e agentes credenciados. Agentes de fato. Servidor público. Empregado público. Cargo, emprego e função pública. Concurso público. Sistema de cotas. Contratação por tempo determinado. Cargo e emprego público em comissão. Funções de confiança. Direito de sindicalização e direito de greve do servidor público	1253
5.1.	Regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Sindicância e processo administrativo disciplinar	1264

6. Poderes (hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia). Polícia administrativa e judiciária. Poder de polícia e direitos fundamentais. Abuso de poder. Excesso de poder. Desvio de poder	1274
7. Ato administrativo: conceito, requisitos, elementos, atributos e classificação. Vinculação e discricionariedade. O mérito do ato administrativo. Vícios ou defeitos do ato administrativo. A teoria das nulidades no Direito Administrativo. Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. Teoria dos motivos determinantes. Revogação, anulação, cassação, convalidação e conversão do ato administrativo. Validade, vigência e eficácia do ato administrativo. Autoexecutoriedade do ato administrativo	1277
8. Licitação: conceito, modalidades e hipóteses de dispensa e inexigibilidade. Habilitação fiscal, social e trabalhista. Habilitação econômico-financeira. Contrato administrativo: conceito, elementos, formação, fiscalização e extinção. Contratos de serviços continuados	1284
9. Serviço público: conceito, princípios, classificação e garantias. Modalidades da atividade administrativa do Estado. Concessão e permissão de serviços públicos. Hipóteses legais e obrigações contratuais. Parcerias Público-Privadas (PPP). Contratos de parceria público-privada	1305
10. Controle interno e externo da Administração Pública. Recursos administrativos. Coisa julgada administrativa. Controle jurisdicional: meios e limites. Políticas públicas Teoria da reserva do possível	1315
11. Responsabilidade civil do Estado: fundamentos jurídicos. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Responsabilidade sem culpa, responsabilidade por ato do servidor e por atos não administrativos (legislativos e judiciais). Responsabilidade por ação e por omissão. Prescrição. Ação regressiva	1325
12. Bens públicos: classificação e características. Imprescritibilidade, impenhorabilidade, inalienabilidade e não onerosidade	1328
13. Improbidade Administrativa	1331
14. Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira	1339

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

1. Apresentação	1347
2. Edital sistematizado	1347
1. Conceito, organização e disposições constitucionais relativas à seguridade social	1349
1.1. Saúde	1349
1.2. Assistência Social	1351
1.3. Previdência Social	1351
2. Princípios constitucionais da seguridade social	1353
3. Aspectos constitucionais da previdência social	1355
4. Princípios da previdência social	1357
1. Do regime geral de previdência social	1361
1.1. Dos segurados	1361
1.2. Dos dependentes	1367
1.3. Filiação e Inscrição	1370
2. Das espécies de prestações	1371
2.1. Carência mínima de contribuições à previdência social	1372

2.2.	Salário de benefício.....	1373
2.3.	Renda mensal inicial.....	1374
2.4.	Reajustamento e revisão dos benefícios.....	1374
3.	Dos benefícios em espécie.....	1375
3.1.	Do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).....	1375
3.2.	Do auxílio-acidente.....	1377
3.3.	Da aposentadoria por incapacidade permanente.....	1378
3.4.	Da aposentadoria programada (idade + tempo de contribuição).....	1380
3.5.	Da aposentadoria especial.....	1382
3.6.	Aposentadoria da pessoa com deficiência.....	1384
3.7.	Do salário-família.....	1385
3.8.	Do salário-maternidade.....	1386
3.9.	Da pensão por morte.....	1388
3.10.	Do auxílio-reclusão.....	1390
3.11.	Acumulação de benefícios previdenciários – RGPS.....	1392
3.12.	Abono anual ou gratificação natalina.....	1392
3.13.	Prescrição e decadência.....	1392
3.14.	Habilitação e reabilitação profissional.....	1393
3.15.	Serviço Social.....	1393
3.16.	Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso.....	1394
1.	Acidente do trabalho típico.....	1397
2.	Acidente do trabalho atípico.....	1397
3.	Acidente do trabalho por equiparação.....	1397
4.	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário.....	1398
5.	Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT.....	1399
6.	Estabilidade do acidentado.....	1399
7.	Ações Regressivas.....	1400
8.	Seguro Acidente do Trabalho - SAT.....	1400
9.	Fator Acidentário de Prevenção - FAP.....	1401
1.	Do Financiamento da Seguridade Social.....	1403
2.	Do salário de contribuição.....	1405
3.	Da contribuição dos segurados.....	1409
3.1.	Da contribuição dos empregados, domésticos e trabalhadores avulsos.....	1409
3.2.	Da contribuição do segurado contribuinte individual.....	1410
3.3.	Contribuição do segurado facultativo.....	1411
3.4.	Contribuição do segurado especial.....	1411
4.	Da Contribuição do Empregador Doméstico, das Empresas, das Entidades Equiparadas às Empresas e do Microempreendedor Individual (MEI).....	1412
1.	Introdução.....	1415
2.	Condições para concessão do seguro-desemprego.....	1415
2.1.	Pescador artesanal: seguro-defeso.....	1416
2.2.	Trabalhador resgatado.....	1417
3.	Suspensão e cancelamento do seguro-desemprego.....	1417
4.	Outras questões.....	1418
1.	Segurados da previdência social.....	1421
1.1.	Empregados.....	1421

1.2.	Segurados especiais.....	1421
1.3.	Segurados contribuintes individuais.....	1422
2.	Dependentes do regime geral de previdência social	1422
3.	Os benefícios previdenciários.....	1423
3.1.	Auxílio por incapacidade temporária	1423
3.2.	Auxílio-acidente	1424
3.3.	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	1424
3.4.	Aposentadorias voluntárias	1425
3.5.	Aposentadoria especial	1426
3.6.	Salário-maternidade	1427
3.7.	Pensão por morte	1427
3.8.	Outras súmulas acerca de benefícios	1427
4.	Do financiamento da seguridade social	1429
4.1.	Das contribuições sociais.....	1429
4.2.	Do salário de contribuição.....	1429
4.3.	Da contribuição das empresas.....	1430
4.4.	Da decadência e prescrição das contribuições da seguridade social.....	1431
5.	Benefício de prestação continuada da assistência social – BPC.....	1432
6.	SEguro-desemprego	1432

DIREITO PENAL

Danilo da Cunha Sousa

1.	Do crime	1436
1.1.	Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos	1438
1.1.1.	Conduta.....	1438
1.1.2.	Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva	1439
1.1.3.	Tipicidade	1441
1.2.	Antijuricidade.....	1442
1.3.	Culpabilidade	1443
1.4.	Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível.....	1444
1.5.	Erro.....	1445
2.	Do concurso de pessoas	1446
2.1.	Da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	1447
3.	Crimes contra a pessoa	1448
3.1.	Crimes de periclitção da vida e da saúde.....	1448
3.2.	Crimes contra a honra	1449
3.3.	Crimes contra liberdade pessoal	1452
3.4.	Crimes contra a divulgação de segredos	1456
4.	Dos crimes contra o patrimônio	1457
5.	Crimes contra a organização do trabalho	1460
6.	Crimes contra a dignidade sexual	1462
7.	Dos crimes contra a incolumidade pública (crimes contra a saúde pública).....	1464
8.	Dos crimes contra a fé pública	1465
9.	Crimes contra administração pública	1468

9.1.	Crimes praticados por particulares contra a administração em geral.....	1468
9.2.	Crimes contra a Administração da Justiça.....	1470
9.3.	Crimes em licitações e contratos administrativos.....	1474
10.	Crimes contra a seguridade social.....	1475
11.	Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).....	1476
12.	Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.....	1481
13.	Crimes contra a pessoa com deficiência.....	1483
14.	Crimes previstos no estatuto do idoso (Lei nº 10.741/2009).....	1484
15.	Crimes previstos na Lei n. 9.029/1995 e Lei n. 12.984/2014.....	1484
16.	Crimes previstos na lei de agrotóxico.....	1485

DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO COMUNITÁRIO

Paulo Henrique Gonçalves Portela

TÓPICO 1.....		1490
A.	Evolução histórica do Direito Internacional Público. Terminologia. Princípios que regem as relações internacionais do Brasil.....	1490
B.	Fontes do Direito Internacional Público. Costume internacional. Princípios gerais. Jurisprudência e doutrina. Atos unilaterais. Deliberações de organizações internacionais. Analogia e equidade no Direito Internacional. Normas imperativas. <i>Jus cogens</i> . Obrigações <i>erga omnes</i> . <i>Soft law</i>	1491
C.	Sujeitos do Direito Internacional Público. Estados, organizações internacionais e pessoas naturais. Convenções de Viena de 1961 e 1963.....	1493
TÓPICO 2.....		1502
A.	Evolução histórica do Direito Internacional Privado. Princípios. Igualdade e tolerância. Interpretação e aplicação do direito estrangeiro. Princípios da <i>lex loci executiones</i> e do <i>locus regit actum</i> . Relação entre Direito Internacional e Direito Interno.....	1502
B.	Fontes do Direito Internacional Privado. Pluralidade de objeto. Fato transnacional e suas características.....	1505
C.	Prerrogativas e imunidade de jurisdição dos Estados e das organizações internacionais: origem, fundamentos, limites e evolução. Imunidade de execução. Atividades do estrangeiro no Brasil: limitações constitucionais.....	1507
D.	Normas de aplicação imediata. Prova do direito estrangeiro. Princípio da ordem pública. Fraude à lei no Direito Internacional Privado.....	1510
TÓPICO 3.....		1511
A.	Tratados internacionais: vigência e aplicação. Exigibilidade e efetividade. Hierarquia. Interpretação dos tratados no âmbito internacional e no âmbito nacional. Controle de convencionalidade. Diálogo entre os órgãos judiciais nacionais e internacionais. Conflito entre decisão nacional e internacional.....	1511
B.	Domínio marítimo. Jurisdição sobre embarcações no alto mar. Navios e aeronaves no Direito Internacional. Jurisdição do Estado costeiro: alcance e limites. Princípio do centro de gravidade.....	1521
TÓPICO 4.....		1524
A.	Organização Internacional do Trabalho: natureza jurídica. Órgãos da OIT: Conselho de Administração, Repartição Internacional do Trabalho e Conferência ou Assembleia Geral. Estrutura e composição dos órgãos. Finalidade e objetivos.....	1524
B.	Constituição da OIT. Declaração de Filadélfia.....	1527

C.	Organização Mundial do Comércio e concorrência internacional, “Dumping social”, “cláusula social” e “selo social”	1532
TÓPICO 5.....		1532
A.	Normas internacionais de proteção contra a discriminação. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.	1532
B.	Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Nelson Mandela). Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Privativas de Liberdade para as Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok)	1534
TÓPICO 6.....		1535
A.	Direito Comunitário: conceito, princípios e orientações sociais. Fontes. União Europeia e Unasul. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL): constituição, natureza jurídica, estrutura. Sistema de solução de controvérsias	1535
B.	Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal do Conselho da Europa (Convenção 108+).....	1547

DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO

Tiago Anibal

1.	Ecologia: teorias e conceitos básicos. Direito e Ecologia. Direito do Trabalho e Ecologia. Interdisciplinaridade do Direito Ambiental do Trabalho. Antropoceno. Distinção humano/cultura e natureza: panorama e crítica. Crise climática. Trabalho e transição ecológica justa. Sociedade de risco	1554
1.1.	Ecologia: teorias e conceitos básicos.....	1554
1.2.	Direito e Ecologia.....	1555
1.3.	Direito do Trabalho e Ecologia.....	1557
1.4.	Interdisciplinaridade do Direito Ambiental do Trabalho.....	1558
1.5.	Antropoceno. Distinção humano/cultura e natureza: panorama e crítica. Crise climática.....	1558
1.6.	Trabalho e transição ecológica justa.....	1560
1.7.	Sociedade de risco.....	1561
2.	Meio ambiente e Constituição. Estado Socioambiental de Direito e Estado Ecológico de Direito. Mínimo existencial ecológico. Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Direito fundamental ao meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado. Direito fundamental à vida, à saúde e à incolumidade física e psíquica do trabalhador. Direitos ambientais procedimentais. Deveres fundamentais de proteção do ambiente. Eficácia horizontal. Função socioambiental da propriedade.....	1562
2.1.	Meio ambiente e Constituição. Estado Socioambiental de Direito e Estado Ecológico de Direito.....	1562
2.2.	Mínimo existencial ecológico.....	1564
2.3.	Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	1565
2.4.	Direito fundamental ao meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado	1565
2.5.	Direito fundamental à vida, à saúde e à incolumidade física e psíquica do trabalhador	1566
2.6.	Direitos ambientais procedimentais.....	1567
2.7.	Deveres fundamentais de proteção do ambiente	1570

2.8.	Eficácia horizontal.....	1571
2.9.	Função socioambiental da propriedade	1572
3.	Meio ambiente. Meio ambiente do trabalho. Proteção jurídica da saúde e segurança do trabalhador. Política de saúde do trabalhador. Vigilância e saúde. Saúde mental no trabalho. Normas ambientais com repercussão sobre saúde e segurança do trabalhador. Competência jurisdicional, legislativa e regulamentar.....	1573
3.1.	Meio ambiente.....	1573
3.2.	Meio ambiente do trabalho	1573
3.3.	Proteção jurídica da saúde e segurança do trabalhador.....	1574
3.4.	Política de saúde do trabalhador	1576
3.5.	Vigilância e saúde	1578
3.6.	Saúde mental no trabalho	1580
3.7.	Normas ambientais com repercussão sobre saúde e segurança do trabalhador	1580
3.8.	Competência jurisdicional, legislativa e regulamentar	1583
4.	Princípios de Direito Ambiental do Trabalho: princípio da precaução, princípio da prevenção, princípio do poluidor-pagador, princípio do desenvolvimento sustentável, princípio da informação ambiental, princípio da educação ambiental, princípio da participação, princípio da vedação do retrocesso socioambiental, princípio <i>in dubio pro</i> ambiente, princípio da transversalidade, princípio da solidariedade ambiental.....	1583
4.1.	Princípio da precaução	1583
4.2.	Princípio da prevenção	1584
4.3.	Princípio do poluidor-pagador	1584
4.4.	Princípio do desenvolvimento sustentável	1585
4.5.	Princípio da informação ambiental	1585
4.6.	Princípio da educação ambiental.....	1586
4.7.	Princípio da participação	1587
4.8.	Princípio da vedação do retrocesso socioambiental	1588
4.9.	Princípio <i>in dubio pro</i> ambiente	1589
4.10.	Princípio da transversalidade	1589
4.11.	Princípio da solidariedade ambiental.....	1590
5.	Fontes de Direito Ambiental do Trabalho: Constituição Federal, tratados internacionais de Direitos Humanos, opiniões consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos, convenções da OIT e legislação em matéria de saúde no trabalho. Hierarquia das convenções da OIT e dos tratados internacionais em matéria ambiental. Diálogo das fontes.....	1591
5.1.	Fontes de Direito Ambiental do Trabalho: Constituição Federal, tratados internacionais de Direitos Humanos, opiniões consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos, convenções da OIT e legislação em matéria de saúde no trabalho.....	1591
5.2.	Hierarquia das convenções da OIT e dos tratados internacionais em matéria ambiental	1592
5.3.	Diálogo das fontes.....	1592
6.	Poluição ambiental trabalhista. Conceito, riscos ambientais trabalhistas e repercussões. Greve ambiental	1593
6.1.	Poluição ambiental trabalhista. Conceito	1593
6.2.	Riscos ambientais trabalhistas e repercussões	1593
6.3.	Greve ambiental	1594

7.	trabalho em condições prejudiciais à saúde e à segurança. trabalho perigoso, insalubre e penoso. adicionais	1595
7.1.	Trabalho em condições prejudiciais à saúde e à segurança.....	1595
7.2.	Trabalho perigoso, insalubre e penoso. Adicionais	1596
8.	Legislação de saúde e segurança do trabalhador. Normas regulamentadoras sobre segurança e saúde do trabalho urbano e rural. Nexo técnico epidemiológico. Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA). Serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho (SESMT). Programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO). Programa de gerenciamento de riscos (PGR).....	1597
8.1.	Legislação de saúde e segurança do trabalhador.....	1597
8.2.	Normas regulamentadoras sobre segurança e saúde do trabalho urbano e rural..	1598
8.3.	Nexo técnico epidemiológico	1599
8.4.	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	1600
8.5.	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT).....	1600
8.6.	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	1600
8.7.	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).....	1601
9.	Responsabilidade civil ambiental. Teorias. Risco. Responsabilidade civil preventiva. Responsabilidade intergeracional. Dano ambiental trabalhista presente e futuro. Prescrição. Prevenção, abrangência e reparação do dano ambiental trabalhista. Acidente do trabalho e doenças ocupacionais: caracterização e responsabilidade jurídica.....	1601
9.1.	Responsabilidade civil ambiental	1601
9.2.	Teorias. Risco.....	1602
9.3.	Responsabilidade civil preventiva. Responsabilidade intergeracional. Dano ambiental trabalhista presente e futuro	1603
9.4.	Prescrição.....	1605
9.5.	Prevenção, abrangência e reparação do dano ambiental trabalhista	1605
9.6.	Acidente do trabalho e doenças ocupacionais: caracterização e responsabilidade jurídica	1606
10.	Política nacional de segurança de barragens. Sistema nacional de informações sobre segurança de barragens. Lei de barragens.	1607
10.1.	Política Nacional de Segurança de Barragens	1607
10.2.	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.....	1609
10.3.	Lei de Barragens	1609
11.	Legislação de agrotóxicos	1610
12.	Jurisprudência dos tribunais superiores sobre Direito Ambiental do Trabalho.....	1611